

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Número do Termo Aditivo: 1º.

Número do Contrato: 113/2024.

Processo: Gedoc nº 116030/2025.

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 013/2024-MPPA.

Partes: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ e a Empresa ÁGUA NET CONSULTORIA ESTRATÉGICA LTDA, CNPJ nº 05.585.355/0001-03.

Objeto do Contrato: contratação de serviços de Tecnologia da Informação, contemplando as atividades de projeto, desenvolvimento, sustentação, serviço e documentação de sistemas de informação, na modalidade Fábrica de Software (FSW).

Objeto do Termo Aditivo: prorrogação do prazo de VIGÊNCIA do Contrato por mais 12 (doze) meses a contar de 02/10/2025 até 01/10/2026.

Data de Assinatura: 08 de abril de 2025.

Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 12101.03.122.1494.8760 – Governança e Gestão; Natureza da Despesa: 339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica; Fonte de Recurso: 01 500 000 01 - Recursos Ordinários.

Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém.

Ordenador responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 1185708

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Número do Termo Aditivo: 4º

Número do Contrato: 075/2021-MPPA

Processo: GEDOC 102759/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 018/2021-MPPA

Partes: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ e a empresa NOPRAGAS CONTROLE AMBIENTAL LTDA, CNPJ nº. 05.972.711/0001-41.

Objeto do Contrato: Serviços de desinsetização, desratização e descupinização nas áreas internas e externas dos prédios do Ministério Público do Estado do Pará (Lote 3 – NORDESTE I).

Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação do prazo de VIGÊNCIA do Contrato por mais 12 (doze) meses a partir de 02/09/2025 até 01/09/2026, com fundamento no art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93, c/c cláusula nona do contrato.

Data de Assinatura: 08/04/2025

Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 12101.03.091.1494.8758 - Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais; Natureza de Despesa: 339039 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica; Fonte de Recurso: 01 500 000 01 - Recursos Ordinários.

Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém

Ordenador Responsável: Dr. CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 1185731

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Número do Termo Aditivo: 2º.

Número do Contrato: 125/2024.

Processo: Gedoc nº 111855/2025.

Modalidade: Adesão nº 007/2024-MPPA à Ata de Registro de Preços nº 001/2024-SEDUC, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 005/2023/SEDUC.

Partes: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ e a Empresa VIA DIRETA TELECOMUNICAÇÕES VIA SATÉLITE E INTERNET LTDA, CNPJ nº 34.549.659/0001-13.

Objeto do Contrato: prestação de serviços de telecomunicações, para o fornecimento de link de acesso à internet via satélite banda larga, conhecida no mercado como “empresarial” ou “corporativa”.

Objeto do Termo Aditivo: prorrogação do prazo de VIGÊNCIA do Contrato por mais 01 (um) ano, a contar de 18/10/2025 até 17/10/2026.

Data de Assinatura: 08 de abril de 2025.

Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 12101.03.091.1494.8758 - Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais; Natureza da Despesa: 339040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica;

Fonte de Recurso: 01 500 000 01 - Recursos Ordinários.

Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém.

Ordenador responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 1185717

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 1596/2025-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do Ofício nº 99598/2025/CEAM/DIORED/SAGRA, datado de 06/03/2025, protocolizado no “SIP” sob o nº 1737/2025,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça, JOSÉ GODOFREDO PIRES DOS SANTOS e a Promotora de Justiça, LORENA DE ALBUQUERQUE RANGEL MOREIRA CRUZ para, sem prejuízo de suas atribuições, enquanto representantes do Ministério Público do Estado do Pará, na qualidade de Titular e Suplente, respectivamente, comporem a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Pará - CIEA/PA, junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 03 de abril de 2025.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 1185549

A V I S O N.º 06/2025-CGMP. O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Procurador de Justiça ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA, no uso de suas atribuições legais, AVISA a todos os membros a disponibilidade, pelo prazo de (05) cinco dias úteis, dos Relatórios, conforme quadro abaixo.

GEDOC	Edital (DOE)	Entrância	Concurso	Critério	Cargo
167.218/2024	96/2024 (19/12/24)	3ª	Promoção	Antiguidade	1º PJ de Direitos Humanos e Controle Externo da Atividade Policial e do Tribunal do Juri de Ananindeua
167.218/2024	97/2024 (19/12/24)	2ª	Promoção	Merectimento	2º PJ de Novo Progresso
167.224/2024	98/2024 (19/12/24)	2ª	Remoção	Antiguidade	3º PJ de Breves
167.231/2024	99/2024 (19/12/24)	2ª	Remoção	Antiguidade	1º PJ de Cametá
167.229/2024	100/2024 (19/12/24)	2ª	Remoção	Antiguidade	3º PJ de Capanema
167.282/2024	101/2024 (19/12/24)	1ª	Remoção	Antiguidade	PJ de Novo Repartimento
106.447/2025	01/2025 (30/01/25)	2ª	Promoção	Antiguidade	3º PJ de Breves
108.362/2025	02/2025 (07/02/25)	2ª	Remoção	Antiguidade	PJ de Vigia

Os interessados poderão solicitar cópia destes relatórios, pelo endereço eletrônico correg_movimentacao@mppa.mp.br, nos termos do art. 9.º da Resolução n.º 03/2014/MP/CSMP. Belém, 08 de abril de 2025.

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador de Justiça/Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Pará.

Protocolo: 1185539

PORTARIA Nº 0589/2025-MP/SUB-JI

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº 0968/2024-MP/PGJ, de 16 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 3º cargo da promotoria de justiça de Marabá;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob GEDOC nº 135915/2024 e 140881/2024;

R E S O L V E:

DESIGNAR o promotor de justiça ERICK RICARDO DE SOUZA FERNANDES para, em atuação conjunta, exercer as atribuições do 3º cargo da promotoria de justiça de Marabá, no período de 12/07 a 31/08/2024, sem prejuízo das demais atribuições.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, JURÍDICO-INSTITUCIONAL.

Belém-PA, 07 de abril de 2025.

LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

Subprocuradora-Geral de Justiça, Jurídico-Institucional

PORTARIA Nº 0602/2025-MP/SUB-JI

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº 0968/2024-MP/PGJ, de 16 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 7º cargo da promotoria de justiça de Marabá;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob GEDOC nº 120983/2024;

R E S O L V E:

DESIGNAR o promotor de justiça RUY LOURY PINHEIRO DE OLIVEIRA para, em atuação conjunta, oficiar em audiências de atribuição do 7º cargo da promotoria de justiça de Marabá, no dia 24/04/2024, sem prejuízo das demais atribuições.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, JURÍDICO-INSTITUCIONAL.

Belém-PA, 07 de abril de 2025.

LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

Subprocuradora-Geral de Justiça, Jurídico-Institucional

PORTARIA Nº 0603/2025-MP/SUB-JI

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº 0968/2024-MP/PGJ, de 16 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO os afastamentos dos promotores de justiça titulares para gozo de férias, folgas e licenças regulamentares;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito dos cargos das promotorias de justiça que compõem a Região Administrativa do Tocantins;

CONSIDERANDO os termos dos expedientes protocolizados sob GEDOC nº 104413, 108243, 109676, 110516, 110875, 112840, 112849, 113202, 114997, 132401, 135452, 136365, 136643, 144760, 146553, 149988, 154029, 155782, 158009 e 159860/2024;

R E S O L V E:

DESIGNAR os promotores de justiça abaixo nominados para, sem prejuízo das demais atribuições, exercerem as atribuições dos seguintes cargos das promotorias de justiça que integram a Região Administrativa do Tocantins, nos períodos indicados: